

EIXO TEMÁTICO 4 | SEGURIDADE SOCIAL: ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE E PREVIDÊNCIA

CRISE DO CAPITAL, FINANCEIRIZAÇÃO E DESFINANCIAMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CAPITAL CRISIS, FINANCIALIZATION AND DEFINANCING OF SOCIAL ASSISTANCE POLICY

Mariana Teodoro de Sousa¹
Yve Matayoshi Galvão²
Lesliane Caputi³

RESUMO

Temos à baila reflexões sobre a Crise do Capital e a Ofensiva Neoliberal, considerando, sobretudo, a intensificação das formas de espoliação da classe trabalhadora via financeirização da Política de Assistência Social. Trata-se de pesquisa bibliográfica, centrada na tradição marxista, e nesta, na Teoria Marxista da Dependência (TMD), que nos amplia a compreensão do desenvolvimento desigual e combinado do sistema capitalista e suas facetas no Brasil. Concluímos que a institucionalização da referida política passa por “choques normativos” frente às investidas do capital financeiro adensadas pelo (des)financiamento, comprometendo as condições de vida da classe trabalhadora, que expressa forças coletivas, organizadas ou não, na luta por outra sociabilidade, resiste e expressa posições contrárias aos ataques frontais dos direitos sociais, conquistados/construídos nas trincheiras de lutas e perseverança humana.

Palavras-chave: Capitalismo Dependente; Neoliberalismo; Política de Assistência Social.

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Membro do "Núcleo de Estudos Marx e Marxismos - NeMarx (CNPq) e do "Grupo de Estudos Pesquisa e Formação Profissional em Serviço Social - GEFSS" (CNPq).

² Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).

³ Docente Adjunta na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Mestrado em Serviço Social e Político Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutorado em Serviço Social pela Universidade Paulista "Júlio de Mesquita" (UNESP). Pesquisadora-Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação e Exercício Profissional em Serviço Social (GEFSS/UFTM).

ABSTRACT

We have reflections on the Capital Crisis and the Neoliberal Offensive, considering, above all, the intensification of forms of plundering of the working class via the financialization of Social Assistance Policy. This is a bibliographical research, centered on the Marxist tradition, and within this, on the Marxist Theory of Dependence (TMD), which broadens our understanding of the uneven and combined development of the capitalist system and its facets in Brazil. We conclude that the institutionalization of the aforementioned policy goes through “normative shocks” in the face of the onslaught of financial capital intensified by (de)financing, compromising the living conditions of the working class, which expresses collective forces, organized or not, in the fight for another sociability, resists and expresses positions contrary to the frontal attacks on social rights, conquered/built in the trenches of struggles and human perseverance.

Keywords: Dependent Capitalism. Neoliberalism. Social Assistance Policy.

1 INTRODUÇÃO

As formas de enfrentamento às expressões da questão social pelo Estado brasileiro, a partir do processo de reestruturação produtiva, particularmente no contexto de contrarreformas do Estado até os dias atuais, tem se dado com a implementação da ofensiva neoliberal, do fortalecimento do conservadorismo e do reacionarismo, culminando no extremismo bolsonarista. Frases como “não sou coveiro” e “e daí, lamento, quer que eu faça o que?”⁴ proferidas pelo então, presidente Bolsonaro, no contexto de crescente números de vítimas pela pandemia da COVID-19, evidenciam como tal reestruturação do Estado e das relações de produção e de trabalho, amplia a exploração, aprofunda a “banalização” e a “descartabilidade” da condição humana.

Ao compasso em que são instituídas formas de espoliação cada vez mais severas, o orçamento público se volta ao capital financeiro em detrimento do financiamento da Política de Assistência Social, por exemplo, evidenciando um “choque normativo” ao que compete sua institucionalização e direcionamento, relegando-a a um cenário de subfinanciamento e posteriori desfinanciamento.

Entre 2000 a 2016, tivemos o quadro de subfinanciamento da Política de Assistência Social/PAS, ou seja, uma condição orçamentária aquém de suas necessidades, com grande

⁴ Tais frases foram proferidas por Jair Bolsonaro em 2020 nas coletivas de imprensa realizadas no “cercadinho”, espaço reservado para jornalistas e apoiadores na Esplanada dos Ministérios.

enfoque nos programas de transferência de renda e inclusão bancária via consumo. E, a partir do golpe de 2016, o desfinanciamento socioassistencial, resultando em um ataque às condições mínimas de reprodução da classe trabalhadora.

Nesse ínterim, em uma tentativa de redução dos custos na esfera da produção, para fins de maximização das taxas de lucro, o capital, através da atividade estatal, colocou em curso a intensificação da espoliação em patamares cada vez mais elevados, acionando um conjunto de medidas político-econômicas para criar as bases necessárias para sua implementação e expansão. A refuncionalização orçamentária posta pelo Governo Bolsonaro, expressou a agressividade do perfil de espoliação da força de trabalho, evidenciando que as bases estruturais da sociedade brasileira continuam latentes, desde a passividade frente aos organismos internacionais até a intensificação dos índices de vulnerabilidade entre o segmento historicamente marginalizado.

Com base no método materialista histórico-dialético, no seio da Teoria Marxista da Dependência (TMD), bailamos acerca do adensamento do neoliberalismo na particularidade brasileira e seus impactos na PAS. Apontamos reflexões acerca do desenvolvimento desigual e combinado do Estado capitalista brasileiro, considerando as particularidades do capitalismo dependente, com forte luz à refuncionalização do orçamento público frente às bruscas e desmesuradas reduções das funções estatais, sobretudo, através do desmantelamento da Assistência Social. Os impactos do receituário neoliberal na PAS frente ao avanço da extrema-direita e do Estado autoritário, lançando luz à refuncionalização do orçamento público em detrimento da assistência social. Acendemos a chama da necessidade da luta permanente na construção de estratégias políticas nas formas de enfrentamento ao desfinanciamento da Assistência Social num contexto de agudização da pauperização da classe trabalhadora.

2 DESFINANCIAMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Partimos da compreensão das relações capitalistas contidas na TMD, considerando o processo de colonização e o desenvolvimento do continente latino-americano como integrante e substancial da formação e consolidação do modo de produção capitalista, alocando no território condições específicas de sua conformação histórica.

O “sistema mundial capitalista e as divisões internacionais do trabalho geram especializações produtivas que não propiciam, nem conduzem todas as economias ao

desenvolvimento” (Osório, 2016), fazendo com que se consolide um *modus operandi* desigual e combinado, conformando uma única totalidade marcada por contradições estruturais. No Brasil, o desenvolvimento capitalista não se operou contra o “atraso”, mas mediante sua contínua reposição em patamares complexos, funcionais e integrados, estruturando traços basilares para a constituição das classes sociais e seu universo político-cultural.

A modernização no Brasil, com relação ao contexto mundial do capitalismo, é realizada pela manutenção dos fundamentos coloniais de sua organização produtiva, cuja burguesia agroexportadora se articula com a burguesia industrial britânica (Mazzeo, 2015, p. 113). Como consequência de sua estruturação, o país traz em seu âmago dois aspectos fundamentais: elementos ideológicos comuns às formações sociais dependentes, e, aspectos específicos inerentes à situação de particularidade escravista e latifundiária. Assim, cumpre um papel chave na manutenção de relações que, fundamentadas, na mão de obra escrava e no latifúndio, se sustentam através do racismo pelo qual o classismo é permeado.

A questão racial, oriunda do período colonial, é a conformação do antagonismo entre as classes sociais, alicerce da desigual distribuição de riquezas no emergente capitalismo brasileiro. Logo, a efetivação da superexploração da força de trabalho, portanto, a particularidade da economia capitalista no Brasil, é viabilizada pela manutenção de dinâmicas oriundas da economia colonial baseada no trabalho escravo/semiescravo (Filho; Gurgel, 2016, p. 151). A superexploração da força de trabalho, articulada dialeticamente com a questão étnico/racial, dá forma à Questão Social brasileira.

Dados do Cadastro Único, 2018, mostram que pelo: “quase 14 milhões de famílias beneficiárias do Bolsa Família, mais de 90% são chefiadas por mulheres e destas, 75% são negras” (Moreira, 2019, p. 74). Em 2019, 53,3% da população que se declarou preta ou parda na pesquisa do IBGE e compunham 70% entre aqueles abaixo da linha da pobreza, analisando a interseccionalidade entre sexo e cor as mulheres pretas ou pardas que se declararam pobres: eram 28,7% da população, 39,8% dos extremamente pobres e 38,1% de pobres (IBGE, 2020).

As expressões latentes na realidade revelam que as necessidades de classe se transformaram em objetos de assistência social, e os serviços sociais que são expressão de direitos sociais, transmutam-se em matéria-prima da assistência. Ou seja, à medida que avança o desenvolvimento das forças produtivas, da divisão do trabalho e a sua consequente potenciação altera-se a forma de enfrentamento à questão social. Sendo que as respostas à questão social sofrem alterações mais significativas nas conjunturas de crise econômica e de

crise de hegemonia no bloco do poder.

Passa de caridade tradicional levada a efeito por tímidas e pulverizadas iniciativas das classes dominantes, nas suas diversas manifestações filantrópicas, para a centralização e racionalização da atividade assistencial e de prestação de serviços sociais pelo Estado, à medida que se amplia o contingente da classe trabalhadora e sua presença política na sociedade. Passa o Estado a atuar sistematicamente sobre as sequelas da exploração do trabalho expressas nas condições de vida do conjunto dos trabalhadores (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 85).

Tal relação incide na implementação e instrumentalização da PAS, que apesar de compor a Constituição de 1988, seu corpo normativo foi tecido entre os contornos postos pelo receituário neoliberal em 1993. Longe da consolidação dos dispostos legislativos, a Assistência Social tornou-se palco de contínuos saques orçamentários traduzidos em políticas de ajuste fiscal, - o que nos convoca a refletir acerca da contrarreforma do Estado através do Plano Diretor da Reforma do Estado (1995), onde ocorre uma reorientação da atuação do Estado brasileiro, voltado para a manutenção dos fluxos financeiros via venda de títulos da dívida pública.

Teóricos marxistas da TMD ressaltam que uma das características do capitalismo dependente brasileiro é sua constituição feita por “saltos” e através de um conjunto de particularidades - mesmo que contraditórias entre si. O processo de desenvolvimentismo no contexto da ditadura militar ocorreu através do que Marini (1973) conceitua de “cooperação antagônica” ou seja, frações distintas da classe burguesa - burguesia industrial e burguesia agrária - cooperando através de uma relação interdependente. A industrialização ocorreu por meio da entrada de capital estrangeiro - em específico, o dólar - através das relações agro-exportadoras e do poder de capital concentrado na burguesia latifundiária - tal relação intensificou a dependência tanto em níveis internos (entre as frações da burguesia brasileira) quanto em níveis externos (em relação a entrada de capital estrangeiro).

O neoliberalismo, nesse sentido, se configura como uma reação burguesa conservadora e monetarista, de natureza regressiva, dentro do qual se situa a contra-reforma do Estado, quer dizer, dentro do quadro de estratégias para manutenção da taxa de lucro e acumulação de capital, o neoliberalismo se traduz num conjunto de medidas materiais e subjetivas de contorno à crise, expressando um momento histórico do capitalismo que requer novas formas de gestão do aparelho do Estado.

As investidas de cooptação do fundo público como a prorrogação da Desvinculação das

Receitas da União (DRU), por meio da PEC 31/2016 que aumenta seu percentual para 30% e a duração até 2023 (Santana et al., p. 05, 2022) acentua o desmonte orçamentário das Políticas Sociais, principalmente, a da seguridade social, desmantelando ainda mais a cobertura de direitos teórica e constitucionalmente preconizados pela Constituição Federal de 1988.

Para Brettas (2020), a não implementação das definições constitucionais não permite afirmar, de imediato, o desmonte das políticas sociais, haja vista que suas bases ainda estavam por ser montadas, no entanto, o cenário de ajuste fiscal permanente condensa a inviabilidade orçamentária e o teor político-ideológicos a elas empregada. A reconfiguração das políticas sociais “[...] têm um papel importante para ampliar o escopo da financeirização, criando maneiras de integrar o usuário das políticas ao sistema bancário e creditício” com o argumento da inclusão bancária no exercício da cidadania e da valorização do crédito e dos programas de transferência de renda para garantir o acesso a melhores condições de vida. (Brettas, 2020, p.16). Acontece, que essa lógica ao mesmo tempo que presume “elevar a Assistência Social ao status de Política Social” também alimenta, fortemente, o capital portador de juros ao permitir a canalização de recursos do fundo público e de famílias de baixa renda em sua direção.

O ponto em comum entre esses programas é sua atuação no enfrentamento às expressões da questão social, especificadas na pobreza e na miséria. Seus pagamentos são efetivados através de repasses monetários não operados diretamente pelo aparato estatal, instituindo a remuneração de terceiros para realização desses serviços.

A crescente pobreza inerente às políticas neoliberais com a entrada de parcelas em situação de vulnerabilidade psicossocial funcionou, para o governo PT, como uma faca de dois gumes: ora por instituir programas que exercem uma melhora circunstancial a vida do trabalhador; ora por criar um sistema de inserção deste trabalho no capital financeiro, apassivando a classe trabalhadora e alimentando o capital portador de juros.

A lógica fundamental dessas políticas é inserir a força de trabalho no mundo das finanças por meio do provimento de “bolsas” e transformar o cidadão de direitos em “cidadão-consumidor”, fundamental à reprodução da acumulação capitalista. Inserem o segmento da classe trabalhadora mais pauperizada no mundo do consumo e ao mesmo tempo a incluem no circuito da financeirização da vida social ao operarem com a transferência de dinheiro por meio de instituições bancárias-financeiras (Granemann, 2007 apud Santos, 2012, p. 234).

Diante o agravamento do embate entre classes e frente a impossibilidade de conciliação, ocorre uma alteração no regime institucional requerendo uma campanha pública pela

hegemonia da interpretação técnica e convencional perante a opinião pública, o que não ocorreu no primeiro mandato de Rousseff. Como isso não foi feito, a reação dos representantes ideológicos do capital financeiro apresentou-se como meramente técnica e não política, recorrendo ao controle dos meios de comunicação para taxar o governo de “irresponsável tecnicamente” e “politicamente populista”, deslegitimando o ataque de Rousseff aos banqueiros e colocando-a na defensiva. Com a “incapacidade” política de continuação da pragmática neoliberal pelos governos petistas somada ao descontentamento empresarial com a linha econômica adotada por Rousseff (PT), em Agosto de 2016, vive-se o impeachment, e assume seu vice, Temer (PSDB). Tal golpe deu início a um “novo” período da história do país marcado pelo aumento do conservadorismo, do neofascismo e da ofensiva neoliberal, agravando a refuncionalização do Estado na esfera social e a operacionalização das expressões da questão social.

Temer representou a articulação da direita brasileira, que, mais do que nunca, buscava vias de intensificar a obtenção de lucros via superexploração da classe trabalhadora sem a mínima possibilidade de impedimento. Tais intencionalidades foram conquistadas através da desarticulação social promovida com as Reformas da Previdência, Trabalhista como também a EC 241/2016, dentre outros ataques e retrocessos.

Junto ao adensamento neoliberal e a reatualização de suas bases exploratórias, caminha um conservadorismo político necessário para construção de sua hegemonia. A desarticulação orçamentária da PAS como também os ataques expressos a seus usuários e a re-criminalização/filantropização da Questão Social expressam este momento político. Observamos, por exemplo, a crescente e agravante do contingente populacional em situação de vulnerabilidade em suas mais diversas faces. No IBGE (2022), cerca de 35,9 milhões de pessoas estão em trabalhos informais; 64,6% na margem da pobreza; 28,1 milhões em situação de rua e 33,1 milhões em insegurança alimentar. O predomínio de tais práticas político-econômicas nos conduz. Temos, contudo, que o estado brasileiro, a partir da economia dependente e opção política, implantou o neoliberalismo, e a cada governo tem o seu acirramento ou tímido expansionismo neoliberal, e, a classe que vive do trabalho segue sempre as amarguras da banalização humana.

Construída quando o capitalismo direciona suas ações para o setor financeiro e que o neoliberalismo se consolida, o sistema de proteção social e em específico, a PAS, expressa a contradição de um Estado que institui o reconhecimento de tais políticas como direito,

mas, na realidade, se insere em um contexto de ajuste fiscal permanente, englobando-se a nova ordem capitalista internacional.

Através da contrarreforma do Estado, colocado pelo governo FHC e endossada por seus sucessores, as prerrogativas constitucionais foram golpeadas em sua implementação, “principalmente no campo da política social por meio da implementação de condicionalidades cada vez mais restritivas e pela preferência por transferências monetárias em lugar de provisão desmercantilizada” (Lavinias et.al., 2017, p. 17-18).

Em contexto de crise de hegemonia no bloco dominante, frente às pressões do setor financeiro em busca de mais espaços de revalorização, a burguesia brasileira encontrou em Bolsonaro a oportunidade de aparelhar ideologicamente o Estado, como estratégia política e econômica da base da pirâmide social brasileira conforme os interesses do mercado financeiro, mesmo que signifique estratégias e táticas fascistas.

Esse deslocamento é facilitado pela leitura bolsonarista da política como embate moral (Maitino, 2020, p. 14), performando uma “despolitização da política” onde, as consequências devastadoras da adoção da agenda neoliberal financeirizada, traduzidas na crescente exponencial das expressões da questão social, tornam-se “culpa da esquerda”, do “comunismo”.

Instaura-se no imaginário popular a lógica do inimigo interno que precisaria ser combatido, no entanto, na realidade concreta, o combate ao “inimigo” se traduz em uma política de (re)criminalização das expressões da questão social em conformidade com diluição do orçamento público para/com as políticas sociais e, em contrapartida, com fortalecimento do mercado financeiro. Ou seja, o Estado brasileiro buscou formas de internalizar e organizar estratégias de integralização econômica para fins de estabilização e manutenção das taxas de

lucro, interna e externamente, e, “acentua sua capacidade de tornar lucrativas as ações privadas na prestação de serviços públicos, apontando caminhos para enfrentar as crises de acumulação” (Brettas, 2020, p. 10).

Tais mecanismos atuam de forma brutal sob os recursos do fundo público, este, de acordo com Salvador (2020, p. 326), diz respeito à “capacidade que o Estado tem de mobilizar recursos para realizar intervenções em políticas públicas, o que permite alterar ou conservar a realidade de determinado território.”

Com luz a forma de tributação em uma economia dependente, cuja classe trabalhadora é acrescida de uma superexploração, podemos observar que grande parte dos encargos que

compõem o fundo público são cobrados via consumo, ou seja, o Estado dependente absorve um quantum de mais-valia absoluta produzida pelo trabalhador via encargos públicos.

A refuncionalização do orçamento da PAS perpassa pelo processo de cooptação do fundo público endossado a partir da década de 1980, e expressa as mudanças no âmbito da produção e reprodução social, principalmente se vislumbrarmos a desproteção social em um cenário de inclusão financeira via programas de transferência de renda.

A financeirização das políticas sociais articula, de forma contraditória, políticas voltadas para a garantia de direitos à mecanismos de expropriação financeira, à medida que tem como um de seus alicerces o estímulo à bancarização e ao aumento do crédito. Esta dinâmica, quando combinada a política de ajuste fiscal, reformas como a trabalhista e as estratégias de enxugamento de custos das grandes empresas se desdobra em um aumento da superexploração da classe trabalhadora com a particularidade do momento em que vivemos: a capacidade de impulsionar a rentabilidade do grande capital por meio de sofisticados mecanismos de apropriação da riqueza produzida pela classe trabalhadora (Brettas, 2020, p. 20).

Tal realidade se torna mais complexas frente as drásticas reduções orçamentárias:

(...) o déficit em 2017 foi de 21,76%, em 2018 de 37,52%, em 2019 de 29,16%, em 2020 de 35,37%, em 2021 de 27,80% e no ano de 2022, a redução chegou a 60% e em proposta orçamentária para 2023 alcançou aproximadamente 96% nas despesas discricionárias, essas dizem respeito a operacionalização dos serviços, não contemplando o pagamento dos benefícios (Oliveira; Júnior, 2023, p. 02).

E, o Orçamento da União destinado à Assistência Social, de acordo com o site Siga Brasil, do Senado Federal

Em 2018, foi destinado à dívida o montante de R\$615,6 bilhões, ou seja, 13,75% a mais do que no biênio anterior, enquanto para o Fundo Nacional de Assistência Social, foram pagos apenas 4,54%, resultando no valor de R\$57,5 bilhões. Os dados demonstram o cruel objetivo dos governos, da gestão do Estado, no processo de destruição das políticas através da estagnação e/ou redução dos investimentos, especificamente da política de assistência social, priorizando a transferência dos recursos públicos para o capital financeiro (Santana; Dantas; Prudêncio; Araújo, 2022, p.09).

A PAS é responsável pela garantia de segurança de sobrevivência, acolhida e de convívio. E ela atua sobre as condições de reprodução de dado segmento da classe trabalhadora em contextos sociais delimitados, por exemplo, o cenário da pandemia pela Covid-19 que escancarou a crise sanitária, política, econômica e civilizatória do país. Uma realidade de

ampliação da desigualdade social e de ceifamento em massa de vidas da classe trabalhadora, sobretudo. Cerca de 711.502 Óbitos acumulados⁵.

Neste contexto de agravamento da extrema pobreza e suas expressões cotidianas, juntamente com os demais cenários oriundos da pandemia, o Governo Bolsonaro propôs um auxílio emergencial no valor ínfimo de R\$200,00 (duzentos reais), tal proposta

Demonstra um desconhecimento da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 1993, atualizada pela “Lei do SUAS” de 2011, que prevê a implementação de benefícios eventuais, que correspondem às “provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública (Brasil, 2011, p. 38 apud Silva, 2021, p. 12).

Além de ter desconsiderado a LOAS, o governo também desconsiderou a Lei nº 10.835 de 8 de janeiro de 2004, que institui a renda básica de cidadania, (Silva, 2021, p. 13), desmascarando a desumanização do Estado bruguês frente a agonia de milhares de brasileiros.

A pandemia escancarou a insuficiência do SUAS - equipes desfalcadas, número de CRAS, CREAS, Centros Pop deficitários, em face da população a ser atendida, contratos de trabalho precarizados, ausência de política sólida de educação permanente, incapacidade da gestão da Assistência Social em todos os níveis, desrespeito, por parte do Executivo, as instâncias de controle social, dentre outras (...) Há uma retórica sendo difundida de que os serviços da Assistência Social são essenciais (e são), mas não há recursos financeiros suficientes que, de fato, materializam esse “reconhecimento” acerca de sua essencialidade. (idem).

Somado a essa realidade, pela Portaria nº 2362/2019, houve a redução de até 40% do orçamento da Assistência Social. Um desfinanciamento com impactos brutais na formação e qualificação de recursos humanos com a agressividade do ajuste fiscal, constatando que entre os anos de 2020 e 2021 não houve sequer investimentos mínimos. Neste sentido, é a intervenção estatal que permite a instrumentalização do orçamento público, assim, o Estado mantém-se como representante do capitalista coletivo, se articulando para manter e intensificar sua valorização.

Tendo como finalidade central a produção de mais-valia, cujo núcleo da acumulação capitalista centra-se na produtividade do trabalho, exigindo motivações constantes de sua produção. Deriva daí, o escopo do neoliberalismo sob a financeirização em requerer formas

⁵ Dados disponíveis e atualizados em <https://covid.saude.gov.br/> (acesso em 11-04-2024).

cada vez mais severas e intensas de espoliação.

Cabe dizer, que “a classe trabalhadora financia o pagamento das políticas sociais enquanto o capital é desonerado, na mesma medida em que a classe trabalhadora é acometida e sofre as consequências do subfinanciamento que provoca a focalização das políticas públicas e ausência de universalidade” (Soares, 2023, p.50).

A complexificação capitalista frente às tentativas de contornos a crise estrutural, via a ofensiva neoliberal, impôs a Assistência Social um “choque normativo”, flutuante as necessidades conjunturais do capital incorporadas a cada governo, mas mantendo seu núcleo político-econômico, resguardando em seu interior uma determinada concepção de política social. A concepção de choque normativo contido na Assistência Social, quando adentramos o profascismo de Bolsonaro, temos a materialização de um “choque normativo reacionário”, onde, para além da manutenção da centralidade neoliberal, ocorre seu aprofundamento escancarando do conservadorismo inato a formação brasileira.

Entre os anos de 2000 a 2016, tivemos o quadro de subfinanciamento da Política Social, ou seja, uma condição orçamentária aquém de suas necessidades, com grande enfoque nos programas de transferência de renda e inclusão bancária via consumo. A partir do golpe de 2016, vivenciamos um contexto de desfinanciamento total no âmbito socioassistencial, resultando em um ataque às condições mínimas de reprodução da classe trabalhadora. Abre um cenário escancaradamente conservador, no qual os usuários dos programas e projetos socioassistenciais são duramente criminalizados e responsabilizados pelas consequências de sua espoliação, as operações pente fino, de fiscalização e atestamento da pobreza fortificam as intencionalidades de coerção e punitivismo. A barbárie social se instaura e questiona a civilização humana, numa verdadeira era de coisificação do ser social e derruição das políticas sociais públicas.

3 REFLEXÕES FINAIS

Por fim, consideramos a importância de análise da realidade e particularidades da formação sócio-histórica do estado brasileiro para angariar forças políticas e construção de permanentes formas de enfrentamento ao neoliberalismo reinante no desenvolvimento desigual e combinado do Estado. Observamos uma real intensificação das formas de espoliação da classe trabalhadora via financeirização da PAS, sobretudo no governo de ortodoxia

neoliberal, como de Bolsonaro, cuja ofensiva econômica, política e social, orquestrada, internacionalmente, fora robustecida e o conservadorismo efervescido de modo desmesurado. Sem dúvidas houveram e há, na história da formação deste estado, expressões de enfrentamentos e resistências de um povo, numa construção permanente de projetos coletivos de compromisso com as necessidades da classe que vive do trabalho, o que coloca a sociedade em disputas no horizonte por uma outra sociabilidade, e defendida, hegemonicamente, pela categoria profissional e Serviço Social, mas, uma luta e resistências num mar de ondas tsunâmicas de conservadorismo.

Sem sombras de dúvidas as disputas de projetos societários são acirradas, mas no Brasil, após 6 décadas da lástima ditadura militar, vê-se, acesa suas chamas, nunca apagadas, e que hodierno ganha brutas lenhas para acendê-la com avanço do conservadorismo e de políticas de austeridade numa aliança perniciosa e orquestrada internacionalmente pela ultradireita.

Vislumbrar a ruptura com a sociabilidade do capital nos impõe a missão de desvelar seu movimento no tempo presente, neste fito, compreender as nuances da financeirização através da PAS em uma economia dependente, desbrava possibilidades de tecer interlocuções e estratégias de enfrentamento às expressões da questão social, buscando em nossas raízes os meios de superá-la.

REFERÊNCIAS

BRETTAS, T. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil**. 1.ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora: 2020.

FILHO, R. de S.; GURGEL, C. **Gestão democrática e Serviço Social: princípios e propostas para a intervenção crítica**. São Paulo: Cortez, 2016.

IAMAMOTO, M.V. ; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019. Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020 e 2022.

LAVINAS, L.; ARAÚJO, E; BRUNO, M. Brasil: vanguarda da financeirização entre os emergentes? Instituto de Economia (UFRJ). dezembro, 2017.

MAZZEO, A. C. **Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa**. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MOREIRA, T. W.F. Serviço Social e a luta antirracista: contribuições das entidades da categoria no combate ao racismo. Tese (Mestrado em Serviço Social. PUC, São Paulo, 2019).

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência**. 1973.

MAITINO, M. E. **Populismo e bolsonarismo**. Cadernos Cemarx, 2020.

OSÓRIO, J. Sistema mundial e formas de capitalismo: a teoria marxista da dependência revisitada. Rev. Direito e Práxis - UERJ, 2018.

OLIVEIRA, T.F; JÚNIOR, O.G. Programas de transferência de renda: Capital portador de juros no comando da Assistência Social. 9º Encontro Internacional de Política Social/ 16º Encontro Nacional, Espírito Santo (ES), 2023.

SANTANA, G.R; DANTAS, T.LJ; PRUDÊNCIO, W.T.L. (Des)Financiamento Da Assistência Social No Brasil Em Tempos De Agudização Da Pobreza. Rev. Temporalis nº 43 v. 22. 2022.

SANTOS, J. S. **Questão Social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, R.R. Assistência Social no Neoliberalismo: uma análise no contexto da pandemia da COVID-19. Revista de Políticas Públicas. Nº 1 v. 25. 2021.